

## **Atos Oficiais**

### **LEI Nº 6.612, DE 25 DE JUNHO DE 2021**

**Dispõe sobre as regras para pagamento de créditos, referente a restos a pagar do Município de Ribeirão Pires, e dá outras providências.**

**CLÓVIS VOLPI**, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** Ficam estabelecidas as regras para pagamento de créditos referentes aos restos a pagar do Município de Ribeirão Pires, inscritas até 31/12/2020, nas condições descritas no Anexo I, parte integrante desta Lei.

**Parágrafo único.** Não haverá incidência de nenhum acréscimo nas parcelas descritas no anexo I, tais como correção monetária, juros moratórios e multa.

**Art. 2º** Será publicado edital de chamamento público visando à renegociação com os credores, referente aos débitos inscritos em restos a pagar até 31/12/2020.

**Art. 3º** Para fins de enquadramento nas faixas de valor, o credor deverá considerar o valor da dívida consolidada em restos a pagar como sendo o existente na data de 31 de dezembro de 2020.

**Parágrafo único.** O início de pagamento se dará de acordo com as condições a serem estipuladas no edital de chamamento público do artigo 2º desta lei.

**Art. 4º** Todos os empenhos não liquidados até a data de publicação desta lei serão cancelados.

**Art. 5º** Fica autorizada a quebra de ordem cronológica das despesas de interesse público, vencidas a partir de 01/01/2021, essenciais ao custeio e investimento do Poder Público, nos termos do artigo 5º da Lei Federal 8.666/93.

**Parágrafo único.** Os efeitos do disposto no “*caput*” deste artigo, retroagirão a 01/01/2021.

**Art. 6º** Fica autorizado o pagamento dos restos a pagar, desde que em comum acordo com o credor, pela figura jurídica da dação em pagamento, com desconto mínimo do valor principal da dívida de 10%, e sem a incidência de correção monetária, juros e multa sobre o valor das parcelas definidas no Anexo I.

**Art. 7º** As despesas decorrentes desta lei correrão por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 8º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 25 de junho de 2021- 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

**CLÓVIS VOLPI**  
Prefeito

**RANGEL FERREIRA**  
Secretário de Assuntos Jurídicos

**EDUARDO MONTEIRO PACHECO**  
Secretário de Finanças e Administração

Publicado no órgão da imprensa oficial.

ANEXO I			
CONDIÇÃO	FAIXA DE VALORES EM R\$	DESCONTO	QUANTIDADE DE PARCELAS
1	0,00 á 30.000,00	10,00%	10
2	30.000,01 á 60.000,00	12,00%	12
3	60.000,01 á 100.000,00	14,00%	18
4	100.000,01 á 150.000,00	18,00%	24
5	150.000,01 á 200.000,00	22,00%	30
6	200.000,01 á 400.000,00	25,00%	36
7	400.000,01 á 600.000,00	28,00%	48
8	600.000,01 á 1.000.000,00	30,00%	72
9	1.000.000,01 á 2.000.000,00	35,00%	120
10	acima de 2.000.000,01	40,00%	156